

Entrevista: Marcelo Baumann Burgos

Ev' Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, 1997); mestre em Planejamento Econômico e Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1992), Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ (1988), o professor Marcelo Burgos tem trabalhado nas seguintes áreas de pesquisa: sociologia urbana, com ênfase em territórios segregados e periféricos; e sociologia do direito, com ênfase sobre a judicialização da política e das relações sociais. Mais recentemente, tem explorado a fronteira interdisciplinar da sociologia urbana e da sociologia da educação, coordenando, atualmente, o projeto de pesquisa Escola e Favela, com financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos–Finep.

O professor Marcelo Burgos integra o quadro de docentes do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Realizou a conferência de abertura da II Mostra de Extensão da Proex PUC Minas (maio de 2017), e nos falou de como consegue integrar, em sua vida acadêmica, a tríade ensino/ pesquisa / extensão, de forma bastante equilibrada. Posteriormente, concedeu-nos a seguinte entrevista:

CONECTE-SE! - Seus trabalhos, de forma ampla, buscam dimensionar (e refletir sobre) as relação entre a cidadania e a questão urbana brasileira. Poderia nos falar, sucintamente, sobre o que seus estudos têm evidenciado?

MARCELO BURGOS - O Brasil é um país extremamente difícil para os pobres, e para as classes populares em geral, e boa parte dessa dificuldade para quem vive no meio urbano provém não apenas da desigualdade de renda em sentido estrito, mas muito fortemente da desigualdade de acesso à cidade. Morar em favelas e periferias é uma condenação a toda sorte de incerteza e insegurança, de privação dos direitos mais fundamentais. Claro que esse quadro resulta de muitos aspectos, mas uma hipótese que considero forte para explicar parte do problema tem a ver com a privação de acesso à política dessas populações. As máquinas

¹ Professora do Departamento de Letras da PUC Minas. Coordenadora Adjunta do CESPUC. Coordenadora editorial da Revista Scripta e editora dos Cadernos CESPUC de Pesquisa, da Conecte-se! Revista Interdisciplinar e da Revista do ICH. Coordenadora de Gestão do PIBID PUC Minas.

políticas, Brasil afora, se mostraram particularmente eficientes em sequestrar o voto de seus moradores, bem como outras formas de participação, reduzindo ao ponto da asfixia a possibilidade de vocalização de seus anseios, interesses e lutas por direitos por meio dos canais institucionalizados.

CONECTE-SE! - Como sociólogo e professor da pós-graduação, com vasta produção acadêmico-científica, que análise você faz do cenário atual que se desenha no país, após três anos de operação anticorrupção (Lava jato) e seus desdobramentos?

MARCELO BURGOS - De uma perspectiva macrossociológica vejo esse processo como um conflito até certo ponto previsível entre as instituições criadas pela Constituição de 1988, a começar pelo novo papel desempenhado pelo Ministério Público, e uma configuração política anacrônica, que não por acaso se viu refém de uma articulação entre mercado e estado que viciou a competição política. Mas isso não justifica o golpe, que, de certo modo, pode ser pensado como aquilo que Tocqueville caracterizaria como um acidente perfeitamente evitável. Caso ele não tivesse ocorrido, teríamos mais chances de realizar as mudanças necessárias, como, aliás, vínhamos fazendo até então. O mais grave desse processo é que ele acabou desqualificando o principal instrumento de mudança criado na história do país que é/ou foi o Partido dos Trabalhadores. A desmoralização deliberada do sistema político como um todo, e do PT em particular, traz evidentemente sérios riscos para o horizonte de curto prazo, na medida em que a criminalização da política apenas aprofunda a crise em que vivemos; disso também se segue que só vejo saída por meio da revitalização da política e de seus partidos. Nesse sentido, também é verdade que precisaremos defender o que há de virtuoso na operação Lava Jato, e delimitar mais claramente as fronteiras do que cabe ao Judiciário, e do que cabe às instituições da política. Por ora, enquanto não abrimos espaço para essa agenda de renovação vivemos um perigoso processo de hiper judicialização, com muito ativismo judicial, um esvaziamento da política, e uma tendência a se vitimizar o mercado, quando na verdade os conluios entre empresas e políticos também se deram em grande medida pela postura nada republicana de parte do mercado. Em um horizonte não muito distante, considero incontornável uma profunda reforma não apenas do sistema político, mas também das leis que regulam a relação do Estado com o mercado.

CONECTE-SE! - Num momento de tanta turbulência política e econômica no Brasil, temos visto o recrudescimento de posturas de censura a atividades culturais, a abordagens de aspectos concernentes a gênero e outras manifestações da diversidade cultural. Nesse contexto, um projeto como o “Escola sem Partido” vem se fortalecendo. Qual a sua avaliação desse cenário?

MARCELO BURGOS - Toda essa agenda conservadora se viu, de repente, sobrerrepresentada na conjuntura criada para o golpe; ela surge como uma espécie de revanche em face das pequenas, mas significativas mudanças na estrutura social do país, com o avanço da escolarização das classes populares, e também do avanço na agenda das liberdades. Trata-se, por isso mesmo, de uma tendência claramente reacionária, e isso também quer dizer que ela é frágil, pois não é capaz de oferecer caminho para os segmentos sociais que buscam novos espaços e formas de afirmação. Acredito que o maior ou menor protagonismo das forças reacionárias e de seus representantes nos próximos anos dependerá muito da nossa capacidade de recuperação da agenda de mudança social e de defesa da liberdade, que a duras penas conseguimos sustentar desde o processo de redemocratização.

CONECTE-SE! - Você é docente e pesquisador de uma universidade comunitária, no Rio de Janeiro. Em que aspectos se fazem sentir os impactos da política governamental (tanto no âmbito federal quanto estadual) na vida acadêmica, neste último biênio?

MARCELO BURGOS - De um modo geral, a universidade, principalmente nas áreas de humanas, tem sido um lugar de resistência, mas creio que a situação do país está a exigir uma postura mais proativa, pois uma parte da crise também se explica pelo afastamento gradual da relação da universidade com os grandes problemas públicos, e com as políticas públicas de um modo mais específico. Penso que a crise, apesar de dura, exige profunda reflexão acerca do papel da universidade de seu papel como uma importante fiadora da democracia no país, na medida em que ela é um espaço fundamental da sociedade civil na defesa da autonomia e da liberdade.

CONECTE-SE! - Como Coordenador de Pesquisa e extensão do Departamento de Sociologia e Política das PUC RJ, há bastante tempo, como você avalia o histórico da Extensão acadêmica no (per)curso dos graduandos com os quais trabalha?

MARCELO BURGOS - A extensão ainda não ganhou o espaço que deveria, muito especialmente porque as universidades, públicas ou privadas, são quase sempre reféns, de um lado, da hegemonia do ensino, e de outro, da preocupação com os critérios de avaliação sustentados pela CAPES. Conectando essa resposta com a anterior, acredito que pensar um novo papel da universidade também pressupõe trabalhar pela construção de um novo equilíbrio do tripé em que se apoia a educação superior. Será preciso criar sistemas de incentivo específicos para a extensão, inclusive como parte da aferição da qualidade dos programas de pós-graduação, para que ela possa prosperar de modo mais intenso e qualificado na vida universitária. Desse tipo de incentivo podemos esperar uma universidade mais presente na vida cotidiana de nossas principais instituições, e interagindo com nossos principais problemas, não apenas oferecendo serviços, como tem sido tradicional em cursos como direito e psicologia, mas também realizando pesquisas com forte interface com diferentes segmentos do estado, sociedade e mercado, e desenvolvendo tecnologia, inclusive tecnologias sociais.

CONECTE-SE! – Em 2016, em palestra na PUC Minas, no bojo das ações de um projeto interdisciplinar levado à frente pelo Núcleo Temático da Criança, do Jovem e do Adolescente e da Educação (ICA), você falou sobre o trabalho do qual se originou a belíssima obra **A escola e o mundo do aluno. Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola**. Poderia nos falar por que a escola pública (a despeito de todas as suas mazelas e desafios já tão expostos) tem tanta centralidade na vida das crianças e jovens brasileiros?

MARCELO BURGOS - Entendo que um dos fenômenos mais importantes da sociedade brasileira, na medida em que transforma profundamente a lógica de nossa reprodução social, é a presença da escola na vida das famílias populares. Como realizamos esse processo recentemente, e de certo modo ainda não o consolidamos plenamente – vide taxas preocupantes de infrequência e evasão, de distorção idade série, de percentual de crianças que não se alfabetizam até o 5º ano, etc. – talvez não tenhamos nos dado conta do significado sociológico e antropológico dessa mudança. Com todas as dificuldades, construímos nas últimas três décadas o valor educação, e desse modo, gradualmente, temos conseguido avançar nessa pauta elementar para qualquer sociedade democrática. Não terá sido mera coincidência o fato de o movimento das ocupações das escolas, recentemente protagonizado pelos estudantes secundaristas, ter emergido com tanta força nos últimos anos. A escola,

sobretudo a pública, produziu um novo sujeito na vida brasileira, jovens pobres mas escolarizados, e com um potencial de luta por transformação social e política incomensurável. Assim é que apesar da fragilidade da nossa escola, o valor educação já transformou a vida cultural do país, e seus efeitos deverão ser profundos, muito especialmente porque apontam para um horizonte de conflitos sociais crescentes que, caso encontrem passagem na vida política, serão sem dúvida benfazejos. Caso contrário, tenderão a ficar represados e aí seus efeitos são imprevisíveis.

CONECTE-SE! - Seu trabalho relacionado ao Estatuto da Criança e Adolescente e sua implementação, nos últimos anos, evidencia o quanto essa legislação é necessária, porém não suficiente para a efetivação e a garantia dos direitos desse segmento. Como você avalia as conquistas e os desafios das políticas públicas para as crianças e jovens nas primeiras décadas deste século?

MARCELO BURGOS - Esse é um terreno muito complexo, pois a própria recepção de um direito tão avançado como é o ECA, em um país com uma história patriarcal e autoritária arraigada, foi uma aposta ousada. Apesar dos avanços conquistados em várias dimensões importantes, como redução da mortalidade infantil, redução do trabalho infantil, aumento da escolarização, entre outros, o país ainda é extremamente violento com crianças e adolescentes, sobretudo as mais pobres. De acordo com relatório recente do UNICEF, chegamos ao número absurdo de 28 assassinatos de crianças e adolescentes por dia nos últimos anos. Nesse sentido, o ECA ainda não conseguiu realizar plenamente o que dele se espera, que é proteger especialmente as crianças mais vulneráveis. Por isso, precisaremos persistir na perspectiva de luta pelo direito da criança, e nesse sentido, poderá ser de especial importância o trabalho junto às próprias escolas que, conforme disse anteriormente, estão no centro da vida social brasileira. Da intensidade e da qualidade da relação da criança com a escola depende, em grande medida, a maior ou menor exposição da criança aos riscos inerentes à vida nas grandes metrópoles do país, bem como em meios rurais atravessados por outras formas de violência.